*Artigo

UM PAÍS EMPACADO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no segundo mandato do ex-presidente Lula, em 2007, deveria tirar o Brasil do atraso estrutural em que se encontra e lançá-lo no caminho da prosperidade. Ventos da modernidade soprariam para alargar a estrada do amanhã. Oito anos depois, constitui só um dos mais expressivos símbolos do engodo que marca a administração pública do País nestes tempos de desprestígio de políticos e governantes.

A pompa dava o tom daquele momento. Amparado em popularidade, Luiz Inácio contava com apoio político para lançar o PAC. A montanha de dinheiro também estava garantida. O embrulho foi entregue ao som de trombetas estridentes para anunciar obras de infraestrutura, medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento, outras de desenvolvimento institucional e de desoneração e administração tributária e, por fim, medidas fiscais de longo prazo.

Faltava, porém, algo na arrumação: planejamento, cronogramas e acompanhamento rigoroso. Era mais que um improviso aquela reunião de programas em andamento ou já projetados nos ministérios. Construiu-se um bolo promocional, marketing sem consistência. Nos moldes do que Lula fizera no início de seu primeiro mandato, quando reuniu vários benefícios da gestão anterior (Vale-Gás, Bolsa-Escola, vale isso, bolsa aquilo), dando-lhes o nome de Bolsa Família. Ampliou o número de clientes e fez sucesso.

O programa de obras apresentou resultado inverso. Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou que de 2007 a 2010 apenas uma de cada cinco obras do PAC 1 ficou pronta. De 13.600 ações projetadas, só 2.900 foram concluídas - pouco relevante. O balanço foi divulgado sem detalhes de como se gastou o dinheiro. O Planalto sonegou informações em 2010 e descumpriu determinação do TCU de apresentá-las a cada quatro meses, alegando ser período eleitoral. Na verdade, o PAC já estava empacado desde a primeira versão.

Se era esse o grande troféu do governo - atestado de sua competência e transparência -, por que não informar à Nação sobre o cronograma dos gastos? Dilma acabou sendo nomeada por Lula "mãe do PAC", estratégia com foco eleitoral.

Em 2011, o primeiro balanço de Dilma como presidente foi apresentado como PAC 2, juntando as obras do PAC 1. Levantou-se a ponta do véu que encobria a incapacidade gerencial do governo. Soube-se que a ampliação do volume total das obras do PAC 1 saltou de R$ 414,5 bilhões em 2007 para R$ 1,4 trilhão em 2010. E constantes adiamentos das obras dificultaram uma avaliação precisa dos resultados.

O escopo do programa visava a acelerar o crescimento. Desacelerou. Hoje os canteiros de obras inacabadas e interrompidas por falhas de projeto se espalham pelo território, a par de questões nas áreas da legislação ambiental e da burocracia, sob a teia de corrupção no varejo e no atacado. O governo faz alarde para anunciar feitos do PAC, sempre desmentidos pela realidade. Informa que o projeto do trem-bala segue curso normal; não segue, está arquivado. Em dezembro de 2014 o balanço foi inflado ao considerar concluídas obras que nem foram iniciadas, com números conflitantes ou escamoteados. Foram projetados gastos de R$ 1,1 trilhão até o final de 2014, o que correspondia a 97% do previsto.

Na lista de obras encerradas embutem-se investimentos previstos e não realizados em rodovias concedidas à iniciativa privada, cerca de R$ 30 bilhões, truque que infla os dados em quase 5%. Mágica, aliás, é o que não falta. Quase metade dos R$ 796 bilhões que o governo considera gasto em obras concluídas vem de um só programa do PAC 2, os financiamentos para compra da casa própria, em geral imóveis usados. Trata-se de um empréstimo privado que entra para engrossar a conta. Esse valor já alcança R$ 360 bilhões e não inclui o Minha Casa, Minha Vida.

Não há metas discriminadas por áreas - por isso, só esse segmento mascara o baixo desempenho de outros programas. Saneamento básico: balanço informa 1.518 obras prontas e 3.667 "em andamento". De 6.016 creches e pré-escolas prometidas, "71% estão concluídas ou em obras". O governo não sabe distinguir uma coisa de outra?

Na desconjuntada planilha de números, o setor de energia, de "total eficiência", aparece com investimentos de R$ 253,3 bilhões nos primeiros quatro anos do governo Dilma, sem menção aos escândalos de sobrepreço e desvios. Pior: todos os empreendimentos da Petrobrás são "adequados" no relatório oficial, entre eles a refinaria de Abreu e Lima e o complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O lamaçal que cobre a ex-principal empresa do País passa ao largo do balanço.

Um exemplo da tergiversação é a transposição do Rio São Francisco, orçada em 2007 em R$ 4,2 bilhões para beneficiar 12 milhões de pessoas que sofrem com a seca do Nordeste. A promessa era entregá-la em 2012. As obras já consumiram R$ 8,2 bilhões, há menos de 70% construídos e a intenção é terminá-las este ano. Mais uma miragem.

Números da ONG Contas Abertas, baseados em dados do TCU, retratam o desalento: total de empreendimentos, 48.747; estágio das obras, 15,8% concluídas, 38,6% em execução, 45,6% ainda no papel.

Os gastos multiplicam-se a cada prestação de contas. Em abril o governo vai lançar o PAC 3, voltado para obras de caráter urbano e social. Sugere mais uma ação de marketing contra manifestações de rua para tentar melhorar o baixo índice de popularidade da presidente Dilma. Até o momento, fica evidente que o programa de crescimento tem sido um produto escasso de densidade e pleno de marquetagem. Não acrescentou nada de novo, além da expansão da sujeira que mancha o País. Ações nas áreas de saúde, educação, moradia, mobilidade urbana, segurança e outras continuam no banco de promessas.

Resumo da principal coluna do edifício lulodilmista: o PAC nasceu empacado. Por falta de seriedade, planejamento, controle, falta de transparência, ética e boa gestão.

João Doria Jr. é empresário, jornalista e presidente do LIDE - Grupo de Líderes Empresariais

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone: (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Sanclerlândia, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,0 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Piscicultura

Iniciou ontem, no auditório da Prefeitura de Tangará da Serra, o curso "Planejamento e Desenvolvimento da Piscicultura", uma parceria entre a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), com o Sindicato Rural e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). O curso é ministrado pelo engenheiro de pesca e instrutor de piscicultura do Senar, Jailson Baumgartner e segue até sexta-feira.

Peixe

O instrutor trabalha como piscicultor há 7 anos. Tangará é o segundo município a receber esta capacitação através do Senar, onde os produtores rurais irão aprender desde o local adequado para implantação do cultivo de peixe, bem como sua comercialização. "Pelos estudos que já foram realizados na região este município tem todos os quesitos necessários para esta atividade", relata Baumgartner.

Procedimentos

O treinamento terá 40 horas e tem por objetivo explicar sobre a escolha adequada do local, a espécie de peixe que será cultivado, como construir os tanques de peixes, tamanhos, a questão da adubação, o tratamento da água, como e onde comercializar e os procedimentos de manejo. "Queremos sanar essas lacunas para que o aluno possa ter sucesso nesta atividade dentro da sua propriedade", conclui o instrutor.

Fies

O Ministério da Educação abriu nesta segunda-feira, 23, o Sistema Informatizado do Fies (SisFies) para novos contratos para o primeiro semestre deste ano no site sisfiesportal.mec.gov.br. As inscrições poderão ser feitas até o dia 30 de abril. O Financiamento Estudantil paga de 50% a 100% da mensalidade de faculdades particulares, dependendo da renda da família.

Temporal

Um temporal na madrugada desta segunda-feira, 23, derrubou quatro torres de energia entre Barra do Garças e Nova Xavantina. Por conta disto, 16 municípios da região do Araguaia estão com o fornecimento de energia interrompido, já que a linha de alta tensão foi rompida. Ao todo, foram 54 mil unidades consumidoras prejudicadas. Equipes foram enviadas ao local para a substituição das torres.

Energia elétrica

Segundo os responsáveis, a distribuição de energia para o norte Araguaia é um dos grandes desafios herdados pela Energisa, ao assumir o controle da Cemat. Isso porque toda a região é atendida por uma linha de alta tensão (138 kV), com mais de mil quilômetros de extensão. Isso significa que qualquer ocorrência na linha afeta todos os municípios ao norte do ponto afetado.

Retomada das obras

O governador Pedro Taques anunciou nesta segunda-feira que já emitiu a ordem de serviço para a retomada das obras de mobilidade urbana de Cuiabá e Várzea Grande que não ficaram prontas para a Copa do Mundo. Em entrevista a imprensa da capital, ele disse que tem compromisso de entregar todas as obras, entre elas os viadutos, trincheiras, duplicações e o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Auditoria

O governador reforçou ainda que faz auditoria nas obras e que deve cobrar na Justiça a conclusão na forma e na qualidade em que foi contratada. Um exemplo citado é a trincheira que deveria existir na Avenida da FEB. Taques disse que pretende realizar audiências públicas para saber qual será o futuro da obra orçada inicialmente em R$ 1,477 bilhão, mas que deve consumir mais cerca de R$ 500 milhões para sua conclusão.

*Bastidores da Política

TCE-MT

O Tribunal de Contas de Mato Grosso retoma a sessão de julgamento do Pleno com 63 processos na pauta desta terça-feira. Este ano, o TCE-MT analisa os balanços financeiros de 2014 das unidades fiscalizadas, entre Prefeituras, Câmaras, Órgãos Municipais de Administração Direta e Indireta e Órgãos do Estado.

Consultas

E nesta terça o Pleno vai responder a duas consultas, a primeira foi formulada pela Prefeitura de Alto Araguaia e a segunda consulta é formulada pela Câmara de Tangará da Serra sobre a fixação dos percentuais mínimos para preenchimento de cargos em comissão, relativo a processo em tramitação naquela Casa de Leis.

Resgate da imagem

O deputado Oscar Bezerra (PSB) defendeu nesta segunda-feira o resgate da imagem da Assembleia Legislativa perante a sociedade devido às recentes matérias veiculadas em nível nacional. O parlamentar reconheceu o desgaste, mas ressaltou o empenho dos deputados em se realizar uma gestão com transparência.

Repercussão

Para ele, a repercussão negativa das denúncias prejudicou a credibilidade dos parlamentares. "É claro que fica o desgaste, mas a eleição da Mesa Diretora com novos membros demonstrou para a sociedade que os deputados estão firmes no propósito de fazer uma gestão transparente, respeitando a população e os recursos públicos", destacou.

Nota pública

Já a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, em função de notícias veiculadas na imprensa sobre denúncias envolvendo ex-gestores da Casa, se pronunciou com uma nota pública à imprensa. Nela eles afirmam que a AL está acompanhando com atenção as denúncias que estão sendo investigadas pelas autoridades responsáveis.

CPI da Copa

"Esta Casa de Leis também acompanha com muita preocupação as denúncias de irregularidades nas obras da Copa do Mundo e, especialmente na implantação do VLT", destaca a nota. Nesse sentido, o Legislativo já debate a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as responsabilidades.

Assustador

O governador Pedro Taques (PDT) classificou na manhã de hoje, 23, como sendo 'assustador' o que fizeram com o Estado. Sem citar nomes, durante o programa Chamada Geral, veiculado pela Mega FM, ele ainda reafirmou a necessidade das auditorias e foi enfático ao avaliar que críticas exageradas denotam medo no 'pente fino' em execução no Executivo.

Interrogado

O deputado estadual Romoaldo Júnior (PMDB) será interrogado no próximo dia 26, às 14h, no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Conforme a publicação no Diário Oficial da Justiça, a audiência foi designada para o plenário 3, pela desembargadora Maria Helena Póvoas. O deputado responde a ação penal por crime de desvio de bem público e falsidade ideológica.

Riva divide cela com estuprador e dorme em cama de concreto

Ilustração: Reinaldo Netto

O ex-presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, José Riva (PSD), divide a cela com um professor acusado de molestar pelo menos oito alunos no ano de 2012. Ambos possuem um ventilador e não há televisão na cela. Preso desde sábado, 21, José Riva recebe a mesma alimentação e tratamento dispensado aos demais colegas de instituição e passou as últimas duas noites acomodado em uma cama de concreto. José Riva está preso por determinação da juíza Selma Rosane Santos Arruda, da Vara Especializada de Combate Contra o Crime Organizado de Cuiabá, que acatou pedido do Ministério Público Estadual (MPE) que apontou a participaçaõ do ex-parlamentar em um esquema que lesou os cofres públicos em R$ 62 milhões. A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos informou que não foi protocolizado nenhum pedido para alimentação especial por recomendação médica. No mesmo em que José Riva encontra-se no Centro de Custódia de Cuiabá (CCC) estão confinados outros 19 detentos, de acordo com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.